

Obstrução Intestinal no Lactente e na Criança Maior: Diagnóstico e Tratamento

Autoria: Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica Colégio Brasileiro de Radiologia Colégio Brasileiro de Cirurgiões

Elaboração Final: 31 de janeiro de 2005

Participantes: Durante AP, Baratella JRS, Velhote MCP,

Hercowitz B, Napolitano Neto P,

Salgado Filho H, Lira JO, Mari JA, Monteiro RP



DESCRIÇÃO DO MÉTODO DE COLETA DE EVIDÊNCIA:

Revisão não-sistemática da literatura e consensos de especialistas.

GRAU DE RECOMENDAÇÃO E FORÇA DE EVIDÊNCIA:

- A: Estudos experimentais ou observacionais de melhor consistência.
- B: Estudos experimentais ou observacionais de menor consistência.
- C: Relatos de casos (estudos não controlados).
- **D:** Opinião desprovida de avaliação crítica, baseada em consensos, estudos fisiológicos ou modelos animais.

OBJETIVO:

Fornecer orientações sobre o diagnóstico e tratamento da obstrução intestinal na crianca.

CONFLITO DE INTERESSE:

Nenhum conflito de interesse declarado.



Introdução

Obstrução intestinal é a oclusão da luz do intestino impedindo a passagem de seu conteúdo¹(D). Leva ao acúmulo de gases e líquidos entéricos proximais à obstrução. Líquidos são sequestrados para dentro da luz e da parede intestinal, contribuindo para o aumento do grau de obstrução. O represamento destes elementos e a sua eventual expulsão por meio de vômitos acarretam desidratação e hipovolemia. A perda de secreções e a redução da volemia costumam levar à acidose metabólica. Quando mais alta a obstrução, mais acentuada serão as alterações metabólicas²(D). Na obstrução intestinal com sofrimento de alça, estabelece-se, inicialmente, dificuldade de retorno venoso, seguida, posteriormente, por interrupção do fluxo arterial, podendo levar à gangrena intestinal em poucas horas³(C). A estase intestinal incentiva a proliferação de germes. A gangrena intestinal permite sua permeação através da parede até a cavidade peritoneal, de onde suas toxinas podem ser absorvidas, aumentando a gravidade do quadro⁴(D). Inúmeras causas podem levar à obstrução mecânica do intestino⁵(C). Diferentemente do adulto, as causas que levam mais frequentemente à obstrução mecânica na criança são hérnia inguinal encarcerada, intussuscepção intestinal, aderências pósoperatórias e novelo de Áscaris lumbricóides⁶(D). A obstrução intestinal no recém-nascido apresenta particularidades específicas da idade e será analisada em outro capítulo.

DIAGNÓSTICO

A avaliação clínica do doente é soberana no diagnóstico e na conduta terapêutica. Os estudos laboratoriais e radiológicos são medidas auxiliares que poderão completar a avaliação clínica, mas nunca substituí-la⁷(D).

Dor abdominal é a principal queixa, descrita como intermitente e sem localização definida8(D). No início, tem características de cólica, difusa, mas progride para grave e fixa e a localização da dor pode ser sugestiva de estrangulamento. Náuseas e vômitos são outras queixas clássicas. Quanto mais proximal a obstrução, maior a fregüência de vômitos. Inicialmente, os vômitos são alimentares, progredindo para biliosos e fecalóides, de acordo com a localização e o tempo da obstrução. A parada de eliminação de gases e fezes acompanha o quadro clínico⁶(D).

O exame físico deve ser detalhado e periódico. Os achados são variáveis, dependendo do tipo, tempo e gravidade da obstrução. A presença de vômitos e o seqüestro de líquidos para a luz intestinal resultam em desidratação. Temperatura elevada é indicador de prognóstico ruim, podendo indicar lesão intestinal¹(D).

A distensão abdominal é tanto maior quanto mais distal a obstrução. A presença de peristaltismo visível, com sons metálicos à ausculta abdominal, é indicativa de obstrução tardia $^8(D)$.

O exame físico deverá sempre incluir a verificação de possíveis hérnias e de cicatrizes abdominais; o toque retal é fundamental, pois pode detectar tumorações (invaginação) ou presença de sangue nas fezes (lesão mucosa intestinal)⁹(D). Realizado o diagnóstico clínico de obstrução intestinal, é necessário avaliar a extensão do comprometimento metabólico (hemograma, ionograma) antes da conduta definitiva¹⁰(D).

A radiografia simples de abdome, ânteroposterior e com o doente deitado e em pé, é de grande valor para a confirmação e complementação dos achados clínicos. Mostra distensão gasosa de alças intestinais, níveis líquidos e ausência de ar nos segmentos distais à obstrução⁶(D). Entretanto, quanto maior o número de alças dilatadas, menos específico é o diagnóstico, sendo necessários outros estudos radiológicos⁹(D).

Seriografias gastrintestinais superiores, utilizando bário ou contraste hidrossolúvel, são contra-indicadas na grande maioria dos casos⁴(D). Enema contrastado, utilizando bário

ou ar, é utilizado em crianças com suspeita de intussuscepção, para definir o diagnóstico e realizar a redução não-cirúrgica¹¹(B).

A ultra-sonografia do abdome tem indicações específicas na avaliação do trato gastrintestinal pediátrico, sendo altamente sensível no diagnóstico da intussuscepção intestinal¹²(B). A presença de veia mesentérica superior à esquerda da artéria pode auxiliar no diagnóstico de má-rotação intestinal¹³(C). A ultra-sonografia em associação com Doppler pode diferenciar simples obstruções das com estrangulamento¹⁴(C).

A tomografia abdominal pode ser necessária na identificação de causas potenciais de obstrução intestinal, particularmente nas obstruções intestinais extrínsecas¹⁵(C).

TRATAMENTO

A obstrução intestinal está associada com significante morbidade. O reconhecimento precoce e o apropriado tratamento podem prevenir inúmeras complicações³(C).

O tratamento tem três objetivos: aliviar a distensão, corrigir os distúrbios metabólicos e remover a obstrução.

O alívio da distensão pode ser conseguido, fácil e prontamente, com sonda nasogástrica de grosso calibre, de acordo com a idade. A remoção de gases e secreções digestivas como medida inicial é de extrema importância para evitar a aspiração de conteúdo gastrintestinal no pré-operatório ou na indução anestésica e para melhorar as condições de ventilação pulmonar. O aspecto do líquido aspirado

poderá dar informações úteis quanto ao nível e, eventualmente, quanto à natureza da obstrução intestinal $^{10}(D)$.

A reposição volêmica, com o intuito de estabilizar as condições hemodinâmicas e restabelecer a diurese, deve ser indicada imediatamente. Lembre-se que as soluções coloidais (sangue, plasma, albumina) são os expansores volêmicos mais eficazes, pois permanecem no intravascular e não se dissipam para o interstício. Por outro lado, na obstrução intestinal. existem sistematicamente perdas hidrossalinas. que devem ser repostas pela infusão de soluções cristalóides (soro fisiológico, ringer lactato) e perdas de água isenta ou pobre em íons (diurese, perspiração, sudorese), que exigem a administração de soro glicosado. A avaliação repetida e fregüente das condições clínicas do doente permitirá reposição hidroeletrolítica e adequada²(D).

A conduta é cirúrgica, a não ser nos casos de suboclusão em que a terapêutica poderá ser conservadora de início e a evolução ditará a conduta definitiva. O tratamento cirúrgico é realizado com intuito de remover a causa ou contorná-la por meio de anastomoses internas ou derivações externas¹⁰(D).

A laparoscopia tem sido um tratamento cirúrgico alternativo 16(C).

SITUAÇÕES ESPECÍFICAS

Hérnia Inguinal Encarcerada

É o aprisionamento, dentro do conduto peritônio-vaginal, de uma víscera ou órgão peritoneal. As hérnias inguinais encarceradas são as maiores responsáveis pela obstrução intestinal no primeiro semestre de vida da criança. Setenta por cento dos encarceramentos ocorrem em lactentes com menos de um ano de idade¹⁷(D).

A apresentação dos sintomas inclui irritabilidade, dor abdominal em cólica e vômito. Uma tumefação dolorosa, tensa, globosa e lisa é encontrada na região inguinal ou inguino-escrotal. Dependendo da duração do encarceramento, pode ocorrer distensão abdominal¹⁸(D).

A redução da hérnia encarcerada pode ser o único tratamento específico necessário na Entretanto, constatada urgência. irredutibilidade da hérnia por manobras incruentas, a conduta é cirúrgica através de uma inguinotomia. Habitualmente, torna-se possível a redução cirúrgica do conteúdo do saco herniário, procedendo-se, a seguir, à reparação da parede. Mesmo que haja gangrena da alca contida no saco herniário, na majoria dos casos, será possível ressecção e anastomose primária pela mesma via de acesso. Em casos esporádicos, será necessário recorrer à laparotomia para o tratamento da alça comprometida, o que não nos exime da responsabilidade de executar a herniorrafia²(D).

Intussuscepção Intestinal

Intussuscepção é a telescopagem ou invaginação de uma parte proximal do intestino em uma parte mais distal. É a causa de obstrução intestinal mais freqüente no segundo semestre de vida. Nesta faixa etária, aproximadamente 90% das invaginações é íleo-cólica, sendo a maioria idiopática¹⁹(D).



Sessenta e cinco por cento dos pacientes têm menos de um ano de idade, com 40% dos casos ocorrendo entre quatro e dez meses de vida²⁰(B).

A história clássica é a de lactente saudável que subitamente grita, dobra as pernas para cima do abdome e vomita. O vômito é reflexo e não obstrutivo. A dor retorna e os episódios se tornam periódicos. Nos intervalos da dor, a criança se torna quieta e, eventualmente, apática, pálida e sonolenta. Os vômitos retornam, inicialmente alimentares, que evoluem para biliosos. As fezes se tornam vermelho-escuras e mucóides, parecendo gelatinosas, um indício de isquemia intestinal e mucosa inflamada⁶(D).

Ao exame físico, em 85% dos casos se palpa tumoração no quadrante superior direito, com fossa ilíaca direita vazia (sinal de Dance)⁹(D).

A investigação radiológica se inicia com radiografia simples de abdome, sendo que em 50% dos casos pode-se identificar massa opacificada represando os gases no colo transverso²¹(D).

A ultra-sonografia é o exame de escolha para o diagnóstico da intussuscepção pela sua alta sensibilidade e especificidade. Mostra imagens características de "alvo" (em cortes transversais) e "pseudo-rim" (em cortes longitudinais)¹²(B). O procedimento terapêutico pela redução hidrostática guiada por ultra-som é uma técnica simples e segura e tem a grande vantagem de não empregar radiação ionizante²²(B).

O enema baritado é realizado como diagnóstico e também como possível procedimento terapêutico. O índice de sucesso na redução por enema varia de 42% a 80% (D). A redução também pode ser feita utilizando o ar como meio de contraste (C). As contra-indicações ao enema baritado ou pneumático são choque hipovo-

lêmico, sinais de peritonite e perfuração intestinal $^{20}(B)$.

A intervenção cirúrgica está indicada quando há falha na redução da invaginação por enema contrastado (bário ou ar) ou nas contra-indicações ao exame²⁰(B).

A ressecção intestinal deve ser realizada apenas quando houver evidências inconfundíveis de necrose de alça. Nas demais circunstâncias, será oportuno tentar desfazer a invaginação. A manobra cirúrgica apropriada neste sentido é a compressão na "cabeça" da invaginação, tentando empurrar a alça invaginada para fora da invaginante. Após sua redução, as alças intestinais devem ser palpadas cuidadosamente, pois em cerca de 10% dos casos encontra-se uma causa orgânica da invaginação²(D).

A recidiva da invaginação ocorre em cerca de 5% a 10% dos casos, geralmente de localização íleo-ileal. Podem simular íleo prolongado, pois ocorrem nas duas primeiras semanas de pós-operatório. A cirurgia é indicada e, em cerca de 75%, a redução é realizada sem necessidade de ressecção²³(D).

Brida

A obstrução intestinal por aderências ocorre em aproximadamente 7% das internações por obstrução intestinal. A incidência global das bridas após laparotomias é de 2%. A maioria das obstruções ocorre nos três primeiros meses de pós-operatório, e 80% ocorrem nos dois anos subseqüentes²³(D).

Paciente com história de cirurgia anterior que se queixa de dor abdominal intermitente, acompanhada de vômito, deve ser investigado para obstrução intestinal por bridas. Com a evolução da doença, a dor se torna constante e apresenta sinais e sintomas de comprometimento intestinal, febre, leucocitose e taquicardia¹⁸(D).

A terapêutica poderá ser conservadora por um período de 24 a 48 horas somente nos casos de suboclusão, com descompressão gastrintestinal realizada através de sonda nasogástrica calibrosa e reposição hidroeletrolítica, desde que não haja evidências de sofrimento intestinal²⁴(C).

A administração oral de contrastes hidrossolúveis (meglumine diatrizoate, meglumine ioxitalamate), na tentativa de resolução do processo obstrutivo, tem efeito discutível²⁵(B) ²⁶(D).

A cirurgia está indicada na falha do tratamento conservador ou na presença de sinais de sofrimento intestinal²⁴(C). É oportuno que o acesso à cavidade peritoneal se faça através de área não manipulada cirurgicamente em precedência. A avaliação das alças deve ser global e com muito cuidado para evitar lesões entéricas. A decisão por uma ressecção intestinal deverá ser cautelosa, sendo indicada quando um trecho de delgado estiver de tal modo comprometido pelas aderências que se tome difícil ou impossível assegurar o restabelecimento do trânsito. Sendo necessário esvaziar o intestino durante a cirurgia, será preferível fazê-lo levando o conteúdo entérico até o estômago por manobras cuidadosas, de onde será removido através da sonda nasogástrica¹⁰(D).

A obstrução do intestino delgado por bridas pode recidivar, pois a liberação de bridas, freqüentemente, leva à formação de novas bridas no futuro. O talco das luvas cirúrgicas, as lesões teciduais e a hemostasia inadequada podem também estar implicados na formação de bridas 10 (D). Uma variedade de substâncias para reduzir a formação de bridas tem sido estudada, mas nenhuma conclusivamente diminuiu a freqüência de obstrução intestinal 27 (D).

Novelo de Áscaris lumbricóides

A obstrução intestinal por novelo de áscaris afeta crianças com nível socioeconômico baixo e desnutridas²⁸(D). História prévia de eliminação do verme é comum.

Os vermes podem causar obstrução quando se acumulam no intestino, pela excreção de neurotoxinas que vão provocar contração do intestino delgado (espasticidade) ou como causa de volvo²⁹(B).

Em um estudo de 87 casos de obstrução intestinal por *Áscaris lumbricóides*, Villamizar et al.³⁰(C) observaram que apenas 25% tiveram palpação abdominal do novelo de áscaris.

Na radiografia simples de abdome, pode-se notar enovelado de áscaris, além dos sinais de obstrução intestinal. A ultra-sonografia auxilia na identificação do enovelado de *Áscaris lumbricóides*³⁰(C).

O tratamento inicial é clínico, com jejum, sondagem nasogástrica de alívio, hidratação parenteral e administração de antiespasmódico. Através da sonda gástrica, deve-se administrar piperazina, na dose de 75 a 100mg/kg, associada a óleo mineral, na dose de 15 a 30ml, a cada duas horas, com o objetivo de facilitar a eliminação de vermes³¹(D). Nos casos em que não se observa melhora após 24 a 48 horas de tratamento clínico, ou quando houver suspeita de complicações intestinais, deve-se indicar cirurgia²⁹(B).

No ato cirúrgico, quando se encontram alças intestinais viáveis, o único tratamento cirúrgico necessário é realização de manobras delicadas para se empurrar o novelo de vermes para

Projeto Diretrizes Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina

o ceco. Se há comprometimento intestinal, realiza-se ressecção intestinal com a totalidade dos áscaris e anastomose término-terminal³²(C).

Nos casos instáveis, em que o risco de uma anastomose intestinal é alto, recomenda-se ostomia temporária até o controle do estado séptico³⁰(C).

CUIDADOS PÓS-OPERATÓRIOS

A sondagem nasogástrica deverá ser mantida até que o trânsito gastrintestinal se restabeleça, com a eliminação de gases e fezes¹(D).

Na obstrução intestinal, a colonização do intestino delgado por agentes coliformes está

bem documentada³³(D). A antibioticoterapia, iniciada com finalidade profilática, deve ser mantida se surgirem evidências de infecção, podendo ser modificada de acordo com os estudos bacteriológicos³⁴(B).

Quanto aos cuidados metabólicos, convém lembrar que, com resolução do processo obstrutivo, o líquido contido no terceiro espaço será reabsorvido, resultando em aumento da diurese. Tal fenômeno, que acontece habitualmente em torno do segundo ou terceiro dias de pós-operatório, deve ser corretamente interpretado para evitar reposições hidroeletrolíticas excessivas9(D).

REFERÊNCIAS

- Schantz DV, Kirton OC, McKenney MG. Manual of trauma and emergency surgery. 1^a ed. Philadelphia: WB Saunders;2000. p.249.
- 2. Birolini D. Obstrução intestinal. In: Speranzini MR, ed. Manual do residente de cirurgia. 3ª ed. São Paulo:Guanabara-Koogan;1988. p.81.
- 3. Canady J, Jamil Z, Wilson J, Bernard LJ. Intestinal obstruction: still a lethal clinical entity. J Natl Med Assoc 1987;79:1281-4.
- 4. Nieuwenhuijzen GA, Deitch EA, Goris RJ. The relationship between gut-derived bacteria and the development of the multiple organ dysfunction syndrome. J Anat 1996;189:537-48.
- Brenner S, Campos GMR, Brenner AS, Shulz S, Coelho JCU. Oclusão intestinal: análise de 267 casos. Rev Col Bras Cir 1994;21:1-5.
- 6. Weinberger E, Winters WD. Abdominal pain & vomiting in infants & children: imaging evaluation. Compr Ther 1997;23:679-86.
- 7. Wippel A. Obstrução intestinal. J Bras Med 1994;23:679.
- 8. Barth X. Intestinal obstruction of the colon: physiopathology, etiology, diagnosis, treatment. Rev Prat 2001:51:783-7.
- 9. Davenport M. ABC of general surgery in children: surgically correctable causes of vomiting in infancy. BMJ 1996;312:236-9.

- 10. Mucha P Jr. Small intestinal obstruction. Surg Clin North Am 1987;67:597-620.
- 11. Meyer JS, Dangman BC, Buonomo C, Berlin JA. Air and liquid contrast agents in the management of intussusception: a controled, randomized trial. Radiology 1993;188:507-11.
- 12. Schmutz GR, Benko A, Fournier L, Peron JM, Morel E, Chiche L. Small bowel obstruction: role and contribution of sonography. Eur Radiol 1997;7:1054-8.
- 13. Dufour D, Delaet MH, Dassonville M, Cadranel S, Perlmutter N. Midgut malrotation, the reability of sonographic diagnosis. Pediatr Radiol 1992;22:21-3.
- 14. Okada T, Yoshida H, Iwai J, Matsunaga T, Ohtsuka Y, Kouchi K, et al. Pulsed Doppler sonography for the diagnosis of strangutation in small bowel obstruction. J Pediatr Surg 2001;36:430-5.
- 15. Jabra AA, Eng J, Zaleski CG, Abdenour GE Jr, Vuong HV, Aideyan UO, et al. CT of small-bowell obstruction in children: sensitivity and specificity. AJR Am J Roentgenol 2001;177:431-6.
- 16. Perri SG, Altilia F, Pietrangeli F, Dalla Torre A, Gabbrielli F, Amendolara M, et al. Laparoscopy in abdominal emergencies. Indications and limitations. Chir Ital 2002;54:165-78.
- Weber TR, Traxy TFJ. Groin hernias and hydroceles. In: Aschcraft KW, Holder TM, eds. Pediatric surgery. 2nd ed. Philadelphia:WB Saunders;1993. p.562.

- Irish MS, Pearl RH, Caty MG. Abordagem de diagnósticos abdominais comuns em lactentes e crianças. In: Caty MG, Irish MS, Glick PL, eds. Cirurgia pediátrica. Rio de Janeiro: Revinter;2000. p.237.
- 19. Wright VM. Invaginação intestinal. In: Spitz L, Coran AG. Cirurgia pediátrica. Rio de Janeiro:Revinter;2000. p.237.
- 20. Hadidi AT, El Shal N. Childhood intussusception: a comparative study of nonsurgical management. J Pediatr Surg 1999:34:304-7.
- 21. Bisset GS 3rd, Kirks DR. Intussusception in infants and children: diagnosis and therapy. Radiology 1988;168:141-5.
- 22. Yoon CH, Kim HJ, Goo HW. Intussusception in children: US-guided pneumatic reduction initial experience. Radiology 2001;218:85-8.
- 23. Stevenson RJ. Non-neonatal intestinal obstruction in children. Surg Clin North Am 1985;65:1217-34.
- 24. Cox MR, Gunn IF, Eastman MC, Hunt RF, Heinz AW. The safety and duration of non-operative treatment for adhesive small bowel obstruction. Aust N Z J Surg 1993;63:367-71.
- 25. Choi HK, Chu KW, Law WL. Therapeutic value of gastrografin in adhesive small bowel obstruction after unsuccessful conservative treatment: a prospective randomized trial. Ann Surg 2002;236:1-6.
- 26. Thompson JS. Contrast radiography and

- intestinal obstruction. Ann Surg 2002;236:7-8.
- 27. Fabri PJ, Rosemurgy A. Reoperation for small intestinal obstruction. Surg Clin North Am 1991:71:131-46.
- 28. Mastroti RA. Suboclusão intestinal por áscaris. In: Mastroti RA, De Chiara NV, eds. Clínica cirúrgica e urológica em pediatria. Diagnóstico e conduta. São Paulo:Robe Editorial;1997. p.279.
- 29. Silva NR, Guyatt HL, Bundy DA. Morbidity and mortality due to Ascarisinduced intestinal obstruction. Trans R Soc Trop Med Hyg 1997;91:31-6.
- 30. Villamizar E, Mendez M, Bonilla E, Varon H, de Onatra S. Ascaris lumbricoides infestation as a cause of intestinal obstruction in children: experience with 87 cases. J Pediatr Surg 1996;31:201-5.
- Tannuri U. Afecções cirúrgicas causadas por parasitas. In: Maksoud JG, ed. Cirurgia pediátrica. 2ª ed. Rio de Janeiro:Revinter;2003. p.691.
- 32. Wasadikar PP, Kulkarni AB. Intestinal obstruction due to ascariasis. Br J Surg 1997;84:410-2.
- 33. Zboril V. Physiology of microflora in the digestive tract. Vnitr Lek 2002;48:17-21.
- 34. Khinev S, Tsoneva D, Dafinova K, Korukov B, Yar'mov N. Bacterial translocation from the gastrointestinal tract: catalyst of multiple organ dysfunction syndrome. Khirurgiia 2000;56:20-3.